

Língua Brasileira de Sinais e cultura surda: práticas inclusivas em um Instituto Federal

Brazilian Sign Language and deaf culture: inclusion practices in a Federal Institute

Janete Inês Müller¹
Karoline Kist²

Resumo

Neste texto, objetiva-se analisar projetos de ensino e de extensão desenvolvidos em um Instituto Federal, os quais, através de estudos teóricos, práticas de uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e conhecimento da cultura surda, possibilitam a comunicação com pessoas surdas, promovendo intercâmbios culturais. O discurso, como ferramenta analítica, dá condições para a análise de relatos coletados na etapa de finalização dos projetos. Em diálogo com teorizações do campo dos Estudos Culturais em Educação e dos Estudos Surdos, destaca-se a importância da aprendizagem de uma língua visuoespacial, de modalidade diferente das línguas orais, que, além de qualificar o domínio linguístico dos estudantes, dá condições para as práticas inclusivas escolares e sociais. Considerando os dados produzidos, propõe-se a inserção da língua de sinais (e da cultura surda) nos currículos de formação dos profissionais de nível técnico e tecnológico.

Palavras-chave: Surdo. Libras. Cultura Surda. Inclusão. Instituto Federal.

Abstract

The objective of this text is to analyze teaching and extension projects developed at a Federal Institute, through theoretical studies, practices of using the Brazilian Sign Language (Libras) and knowledge of deaf culture, which enable communication with deaf people, promoting cultural exchanges. The discourse, as an analytical tool, provides conditions for the analysis of reports collected in the final phase of the projects. In dialogue with theorizations in field of Cultural Studies in Education and Deaf Studies, the importance of learning a visospacial language, different from oral languages, is highlighted, which, in addition to qualifying the linguistic domain of students, provides conditions for inclusive school and social practices. Considering the data produced, it is proposed to insert sign language (and deaf culture) in the training resume of professionals at technical and technological level.

Keywords: Deaf. Libras. Deaf Culture. Inclusion. Federal Institute.

1 Diálogos iniciais

A inclusão de sujeitos considerados diferentes em contextos de escolarização tem sido comumente discutida, de modo que impera um discurso de respeito às singularidades. Além disso, considerando as recentes políticas públicas, as práticas de inclusão têm sido garantidas aos 'tradicionalmente excluídos' na educação formal, no mundo do trabalho e em contextos sociais. Assim,

¹ Doutora em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense, Venâncio Aires, Rio Grande do Sul, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5352-7127>. E-mail: janetemuller@ifsul.edu.br.

² Mestre em Educação. Universidade Santa Cruz do Sul (Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9058-6505>. E-mail: kakakist@gmail.com.

as instituições escolares reinventam-se, de modo a garantir o acesso, a aprendizagem, a socialização e o êxito dos estudantes com necessidades especiais, construindo outros modos de representação e tencionando o que se entende por (a)normalidade. A educação inclusiva, nessa perspectiva, compreende a educação para todos, considerando as necessidades específicas de cada estudante.

Em se tratando de diferença surda, é fundamental valorizar, conhecer e usar a Língua Brasileira de Sinais (Libras), de modo a se possibilitar comunicação, vivências e intercâmbios culturais. Tendo em vista que os movimentos das comunidades surdas, textos acadêmicos e oficiais (discursivamente produzidos, autorizados e legitimados através de pesquisas, leis, decretos e planos) subsidiam o entendimento do sujeito surdo como membro de uma comunidade linguística minoritária, que, no caso do Brasil, usa a Libras em processos comunicativos, no acesso à cultura e a informações, na construção de sua identidade surda e na sua ascensão acadêmica e profissional. Algumas marchas do movimento surdo brasileiro possibilitaram o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e de expressão em nosso país, orientando seu uso na educação inclusiva, principalmente nos processos bilíngues (Libras – Língua Portuguesa) de escolarização.

Considerando recentes políticas linguísticas e educacionais, importa dar maior visibilidade à língua de sinais, expandindo seu uso em espaços educacionais, inclusive entre sujeitos ouvintes, para que aconteça a comunicação em língua de sinais e o estabelecimento de vínculos e intercâmbios culturais. Em processos de educação inclusiva, o êxito de estudantes surdos em uma instituição requer o uso de línguas em comum (Libras – Língua Portuguesa), desenvolvendo-se linguagem, pensamento e subjetividades, além de promover o acesso aos conhecimentos e à acessibilidade em diferentes contextos sociais. Afinal, a “inclusão não ocorre somente nas escolas; pode ocorrer também nos restaurantes, nos *shoppings*, no trabalho, nos órgãos públicos, nas lojas, nas igrejas e em outros ambientes de interação humana” (STROBEL, 2009, p. 107).

É por isso que, por meio de um projeto de ensino ofertado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, denominado “*Libras: encontros com a cultura surda*”, foram oportunizados encontros com a Língua Brasileira de Sinais e a cultura surda, ofertados a estudantes dos cursos técnicos e tecnológicos do Câmpus. Essas práticas de ensino possibilitaram aos estudantes aprenderem a se comunicar em língua de sinais, bem como conhecer sujeitos surdos, sua história e sua cultura, fortalecendo políticas e desenvolvendo ações inclusivas. Além disso, por meio de projeto de extensão, a oferta do curso “*Libras Básico I*” deu condições para pessoas da comunidade local aprenderem a se comunicar em língua de sinais, entendendo elementos da cultura surda, tais como: língua, sinal (de identificação), movimentos do corpo, expressividade. Isso é observado no excerto a

seguir, produzido a partir de relatos coletados na etapa de finalização dos projetos, os quais estão autorizados para publicação, segundo princípios éticos de pesquisa.

[...] os quase 40 alunos tinham muita vontade de aprender. Por ser uma instituição tão acolhedora, isso foi me inspirando para poder ensinar os ouvintes muito interessados em aprender, sempre tirando as dúvidas, trabalhando nos diálogos de Libras, construindo o seu sinal, o seu movimento e a sua expressão, desenvolvendo a capacidade de comunicar-se em Libras com as pessoas surdas em qualquer lugar. [...] Neste ambiente, os alunos se mostravam tão empolgados que compartilhamos os conhecimentos; e eles queriam o próximo curso. (Kátia, docente surda)

Em ambos os cursos, inclusive com a participação da docente surda, que aceitou o convite para a docência compartilhada com a docente ouvinte, observou-se a importância atribuída à língua de sinais, seja pelo número de inscritos e concluintes (com todas as vagas preenchidas), seja pelo interesse nas propostas dos encontros, ou vontade de seguir no próximo módulo do curso. Com base nessas experiências, em diálogo com teorizações do campo dos Estudos Culturais em Educação e dos Estudos Surdos, neste texto, analisa-se a potente possibilidade dos projetos de ensino e de extensão, desenvolvidos em um Instituto Federal, através do qual os estudos teóricos, práticas de uso da Libras e conhecimento da cultura surda, como aprofundado na próxima seção, possibilitam a comunicação com pessoas surdas em variados contextos, promovendo assim, uma educação inclusiva.

2 Língua Brasileira de Sinais (Libras) e cultura surda

Na articulação ao campo dos Estudos Culturais em Educação e aos Estudos Surdos, a cultura surda é entendida como um modo de vida, um espaço de constituição de identidades e de comunidades que determinam a vida dos sujeitos e dos povos surdos. Dessa forma, é possível entender a surdez “como um território de lutas, um espaço de conflitos de identidades, onde os elementos culturais circulam pelas fissuras e rachaduras dessa comunidade, conformando um labirinto de significados” (KLEIN; LUNARDI, 2006, p. 15). Assim, mesmo diante de um processo de afirmação cultural, a cultura surda não se constitui como homogeneizada, cristalizada, de pureza essencial, pois cada sujeito surdo constrói sua identidade e representa a si mesmo a partir de suas experiências.

O ‘ser surdo’ é aqui entendido como “um sujeito possuidor de uma língua, de uma cultura e de identidades múltiplas, um sujeito social e politicamente construído, diferente” (MORAIS; LUNARDI-LAZZARIN, 2009, p. 25). Falar de surdo é também pensá-lo como sujeito plural, multifacetado, cuja experiência de ser e de estar no mundo é coletiva (no encontro com outros surdos) e sentida de maneiras singulares. Ainda, ‘ser surdo’ implica pensar em uma das possíveis posições que um sujeito pode ocupar e, por isso, não a única. Em geral, “os surdos, entendidos como povo ou grupo que se nomeia como tal,

estão inscritos na ordem do acontecimento cultural, ou seja, na ordem da luta permanente do tornar-se, do vir a ser, frente a outro(s) grupo(s)” (LOPES; VEIGA-NETO, 2010, p. 127-128).

Para que a comunicação e o desenvolvimento do surdo aconteçam, é necessário conhecimento da sua língua, bem como as questões que envolvem sua história, cultura, movimentos políticos, educacionais, linguísticos e sociais, compreendendo a surdez como diferença cultural. Assim, a aprendizagem da Libras e o conhecimento da cultura surda possibilitam aos estudantes a comunicação e a interação com sujeitos surdos, em espaços escolares e contextos sociais, promovendo acessibilidade aos saberes e às práticas culturais. De acordo com Strobels (2009), a experiência visual, a língua de sinais, a família, a literatura surda, a vida social e esportiva, as artes visuais, a política e os materiais de acessibilidade são considerados artefatos da(s) cultura(s) surda(s), também relacionadas ao

jeito surdo de entender o mundo e de modificá-lo, a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (STROBEL, 2009, p. 27).

Esses artefatos ou produções culturais surdas podem ser entendidas a partir do uso de uma língua de sinais, do pertencimento a uma comunidade surda e do contato com pessoas ouvintes, proporcionando experiências bilíngues. O uso da língua de sinais e a constituição identitária podem ser consideradas manifestações culturais surdas, bem como as histórias de vida, os contos, os mitos, as lendas, as peças de teatro, as fábulas, as piadas, os poemas, os romances etc. Em geral, as produções culturais têm diferenças entre si, segundo a criatividade dos compiladores, sua compreensão do grupo estudado, dos costumes, da língua (KARNOPP, 2010). As produções literárias são compreendidas como traduções, adaptações e/ou criações, que circulam principalmente em Libras (uma língua viso-gestual) e por meio de recursos digitais.

A Libras é a língua utilizada pelas comunidades surdas do Brasil, reconhecida em a) *Lei nº 10.436*, de 24 de abril de 2002, como sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil; e b) *Decreto nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a *Lei nº 10.436/2002*, prevendo: a obrigatoriedade da inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, nos cursos de Fonoaudiologia e Licenciaturas; a formação de professores bilíngues, instrutores e intérpretes³ de

³ Refere-se a(o) profissional Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS); neste caso, atua nos processos de tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Libras – Língua Portuguesa; a garantia de oferta de escolas e classes de educação bilíngue; papel do poder público no apoio e na difusão da Libras para acesso das pessoas surdas à educação.

A língua de sinais é também reconhecida no País por meio do *Decreto nº 7.387/2010*, que institui o *Inventário Nacional da Diversidade Linguística*, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. As línguas inventariadas têm relevância para a memória, a história e a identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira. Segundo Oliveira e Altenhofen (2011), o *Inventário Nacional da Diversidade Linguística* é o primeiro instrumento jurídico que reconhece todas as categorias de línguas: indígenas, de imigração, de sinais, afro-brasileiras, crioulas, além das variedades do português falado no Brasil. Portanto, a Libras é reconhecida como patrimônio cultural.

Além disso, na articulação aos processos de educação inclusiva, o *Decreto nº 6.949*, de 26 de agosto de 2009, traduz a *Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência*, assinada e ratificada pelo Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Nos Art. 24 e o Art. 30, que tratam da educação e da participação na vida cultural, em recreação, lazer e esporte, os Estados Partes assegurarão, entre outros pontos: a facilitação do aprendizado da língua de sinais e a promoção da identidade linguística da comunidade surda; a garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam, ao máximo, seu desenvolvimento acadêmico e social; a tomada de medidas apropriadas para empregar professores habilitados para o ensino da língua de sinais e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Além disso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a identidade cultural e linguística específica deve ser reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda.

Ainda considerando as políticas de educação inclusiva no Brasil, importante destacar a *Lei nº 13.146*, de 06 de julho de 2015, que institui a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*; de modo mais pontual, segundo o Art. 28, incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: a oferta de educação bilíngue, em Libras, como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; a oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação; e o acesso à educação superior e à

educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições. Ademais, no Art. 30, afirma-se que, nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior e de Educação Profissional e Tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas medidas como: critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação, considerando a singularidade linguística da pessoa com deficiência no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa e a tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

Em se tratando de políticas locais, a oferta de Libras em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia também contribui com a efetivação de princípios estabelecidos em sua Política de Inclusão e Acessibilidade, nas Instruções Normativas de Inclusão e no Plano de Desenvolvimento da Institucional (PDI), promovendo, por meio de projetos de ensino e de extensão, estratégias educacionais que favorecem a inclusão escolar/social. Além disso, para a superação dos desafios da inclusão na Educação Profissional e Tecnológica, que são singulares e vividos na coletividade, é também neste espaço formativo que podem ser desenvolvidas experiências potentes, interligando surdos e ouvintes, servidores, docentes de Libras, estudantes e pessoas da comunidade, que aprendem a conhecer o outro e sua cultura por meio da comunicação em língua de sinais. E esse ponto é desenvolvido na próxima seção do texto.

3 Práticas de ensino e extensão: caminhos possíveis

Neste texto, compreende-se 'práticas' não apenas como atividades de um sujeito, mas, na interlocução com perspectivas teóricas, designada à existência de certas regras a que o sujeito está submetido quando pratica o discurso. Assim, é o discurso que constitui a prática, de modo que não há discurso fora do sistema de relações materiais que o estruturam e o constituem. Na ordem do discurso, os saberes aqui produzidos empoderam e subjetivam, de modo que as verdades têm efeitos nas práticas educacionais, principalmente nos sujeitos por elas envolvidos. Como alerta Foucault (1996), há perigos na proliferação de discursos, pois enunciar, mais que nomear ou apontar posições, é produzir o que é dito. Por isso, ao se desenvolver uma análise discursiva, compreende-se enunciados na singularidade da situação e nas condições de sua existência, bem como na correlação com enunciados situados em domínios discursivos (pedagógicos, jurídicos, tecnológicos, clínicos...).

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a inclusão constitui um imperativo na educação, um discurso inquestionável que captura os sujeitos. Por meio de projetos de ensino e de extensão, que também compõem o currículo dos estudantes, a Instituição cumpre o que é proposto na *Lei nº*

13.146/2015 (*Estatuto da Pessoa com Deficiência*), que prevê “inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento”. Ainda conforme a *Lei Brasileira de Inclusão*, o ensino de Libras possibilita alcançar o “aprimoramento dos sistemas educacionais, [...] por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena”.

Como pode ser observado no excerto a seguir apresentado, produzido na etapa avaliativa dos projetos, a disseminação da Libras e da cultura surda em um espaço escolar possibilita romper barreiras comunicativas e atitudinais na relação entre surdos e ouvintes. É também no Câmpus da Instituição que, comumente, se dá o contato inicial com uma língua de sinais, que também subjetiva estudantes, ou seja, é construída uma relação afetiva, um ‘amor à primeira vista’, que também produz efeitos em situações comunicacionais de uso da língua portuguesa, por exemplo. Como afirma uma estudante e que pode ser lido a seguir, a expressividade e a visualidade adquiridas em Libras favorecem a produção de uma fala, em língua oral, marcada pela intensidade e transparência. Além disso, esse intercâmbio linguístico é também cultural, pois se contata um ‘novo mundo’, isto é, diferente do seu e, por isso, valorizado e respeitado, desenvolvendo-se a empatia e a inclusão social, que transcendem o espaço escolar.

Meu primeiro contato com a Libras foi através das ações promovidas no Câmpus; e posso dizer que foi amor à primeira vista. Aprender uma língua que é totalmente visual e que envolve diretamente a expressão facial me fez colocar, em todas as minhas falas, uma intensidade que jamais percebi a real necessidade. E, dessa forma, eu consigo ser o mais transparente possível na mensagem que quero transmitir. Os projetos fizeram com que eu tivesse contato com um novo mundo, podendo, assim, perceber a importância da empatia e da inclusão social em nosso contexto atual. (Melissa, estudante e participante dos cursos)

Os processos de subjetivação, sobretudo na perspectiva dos discursos que nos constituem, também podem ser observados em relatos que indicam apropriação teórica do campo dos Estudos Surdos e das políticas linguísticas. No excerto a seguir compartilhado, é notável a compreensão da *Lei nº 10.436/2002*, que reconhece “como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”, como a história e a cultura surda. Ainda considerando a lei que reconhece a Libras no Brasil, acredita-se que os projetos de ensino e extensão aqui em discussão atendem ao proposto no Art. 2º da citada *Lei*: “Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva...”. Nota-se, portanto, que os estudos realizados durante o curso dos projetos produzem efeitos discursivos, que ecoam em práticas de promoção da acessibilidade e da inclusão, como pode ser lido no excerto a seguir,

que, assim como os demais, é produzido na etapa de finalização das práticas de ensino e de extensão aqui em análise.

Sempre tive vontade de aprender novos idiomas, mas não tinha tido a possibilidade de aprender a segunda língua oficial do Brasil, Libras, até entrar nesta Instituição. Desde os primeiros contatos com a sinalização da língua de sinais, criei um carinho enorme tanto pela cultura quanto pela história surda. Tive oportunidade de aprimorar meus conhecimentos através de aulas ministradas pela professora surda e por meio da prática de extensão com crianças surdas. Toda essa experiência possibilitou-me enxergar um mundo de uma forma mais acessível, buscando sempre a inclusão. (Alice, estudante e participante dos cursos).

Ainda em relação ao trecho anterior, é fundamental considerar a importância atribuída aos sujeitos surdos, sejam docentes ou crianças, para conhecimento da cultura, dos aspectos históricos, das narrativas, das identidades e da língua de sinais. É no contato com pessoas surdas que se buscam estratégias de comunicação, como, por exemplo, usar o alfabeto datilológico para perguntar-lhes a sinalização de uma palavra. Também nesses contextos é adquirida uma sinalização mais expressiva, assim como se aprendem elementos culturais em situações diversas. Na realização dos projetos de extensão, participantes ouvintes desafiaram-se a participar de encontros com sinalização em Libras, com uso de recursos visuais de apoio, mas sem a atuação de tradutor e intérprete de língua de sinais (TILS). Algumas situações provocaram rupturas paradigmáticas: como chamar a atenção da pessoa surda quando ela está de costas para o interlocutor? A docente surda desligou a luz durante a aula para chamar a atenção? É complexo uma pessoa não-fluente em Libras compreender uma narrativa sinalizada, assim como é desafiador aos surdos entenderem uma oralização em português. Enfim, essas experiências produzem modos de representação da diferença, dando condições para a compreensão do 'outro' e de sua cultura.

Nessa esteira de pensamento, a produção da identidade e da diferença surda/ouvinte resulta "de atos de criação linguística, social e cultural" (SILVA, 2009, p. 76), ou seja, elas são produzidas pelas relações entre os sujeitos, na e através da linguagem, modificando-se no tempo e no espaço, através de relações de poder. As identidades são questionadas, fabricadas e marcadas por sistemas classificatórios, produzidas através de sistemas sociais (formas de exclusão) e simbólicos de representação. A diferença - tradicionalmente expressa na marcação entre uma identidade e outra - constitui a identidade, que, por sua vez, se constitui a partir da subjetivação de si e da diferença na relação com o Outro: surdo ou não.

A diferença é também potencializada, pois há intercâmbios linguístico-culturais. A docente ouvinte, usuária de Libras, em momentos de exposição teórica, assumia a posição de intérprete e, em português, explanava o conteúdo aos participantes. Esta, por sua vez, aprendia mais sinais, enquanto a docente surda aprendia 'palavras em português', ou seja, houve uma significativa 'troca de experiências'.

As profissionais, portanto, constituem-se docentes bilíngues, em processos de formação continuada e de evolução no processo de aquisição das línguas. Nota-se também, lendo o excerto a seguir, a qualidade das relações entre docentes e participantes do curso, ou seja, a dimensão pedagógica pode ser qualificada por meio de vínculos que afetam, que tornam os profissionais e colegas sujeitos mais evoluídos e capazes de promover ‘a importância da inclusão social’.

Na sala de aula, com a professora desta Instituição, ela interpretava a minha Libras para língua oral, para que eles [participantes] possam entender os conteúdos mais específicos, os mais complexos, como a História da Educação dos Surdos, Comunidade Surda, Cultura Surda. E ainda mais: eu aprendi com professora de Letras, que foi intérprete, que me ensinava as palavras em português, e eu ensinava algumas de Libras para ela; isso foi uma troca de experiências. E também conheci outros colegas dela, que são muito fofos; ofereciam comes e cafés e chás na hora de intervalo, sempre querendo aprender os sinais, sem parar. Não basta ser um bom profissional; devemos ser bons humanos, para tornar colegas e alunos bons. É a importância da inclusão social. (Kátia, docente surda)

No que diz respeito à docência surda, cabe destacar a importância das lutas da comunidade surda para dar visibilidade aos sujeitos usuários de Libras como língua materna, inclusive na posição de professores. Sabe-se também que a prioridade para docência em Libras é de pessoas surdas, conforme orienta o *Decreto 5.626*, no artigo Art. 7: “1º § Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras”. Também, conforme o artigo Art. 10, do *Decreto 5.626/2005*: “as instituições de educação superior devem incluir a Libras como o objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras – Língua Portuguesa” (BRASIL, 2005). E essa inclusão pode-se dar já na Educação Básica, de modo que sejam garantidos às crianças surdas espaços de exposição qualificada à língua, sobretudo no contato com professores surdos.

A importância do docente surdo para o componente curricular é também disposta no *Plano Nacional de Educação (PNE)*, na Meta 4.13, em que os ‘professores de Libras’ serão ‘prioritariamente surdos’ (BRASIL, 2014). Docentes surdos caracterizam-se pela fluência linguística e referência cultural, essenciais para despertar o interesse na compreensão de conteúdos e aprendizagem; também, entre eles, são produzidos novos sinais. No entanto, não basta ser surdo para ensinar uma língua; a formação pedagógica é necessária, como acontece no ensino das línguas em geral. No caso do ensino de Libras para ouvintes, destaca-se também o importante papel do intérprete na mediação dos processos de ensino-aprendizagem.

É necessário considerar que, atualmente, na Instituição em que foram realizados os projetos que aqui constituem objeto de análise, há apenas um docente de Libras, que é surdo e atua em um dos Câmpus do Instituto. Indubitavelmente, há que se investir muito mais na contratação de profissionais

dessa área. Além disso, tendo em vista que a Instituição tem estudantes surdos matriculados em variados cursos, é importante ofertar disciplinas de Libras e Cultura Surda, de modo que a língua de sinais possa também ser aprendida por servidores e colegas ouvintes, assim qualificando os processos educacionais e promovendo inclusão escolar/social. Os resultados obtidos por meio de projetos de ensino e de extensão corroboram esse interesse, também observado por meio de estudos complementares e de práticas de disseminação da língua no Câmpus, como pode ser lido no próximo trecho selecionado.

A oferta de cursos de projetos de ensino e de extensão a estudantes e comunidade local evidenciou um interesse em aprender outra língua, que pouco circula nas escolas e na sociedade em geral. Estudantes buscaram complementar seus estudos, principalmente através de materiais digitais e acessíveis na internet, bem como disseminaram a língua no Câmpus, especialmente em eventos culturais e oficinas; alguns tornaram-se monitores, incentivando outros a também aprenderem a língua. É gratificante observar a evolução linguística, a capacidade de comunicação com pessoas surdas, a expressividade na sinalização, o desejo de estar com surdos. (Joana, docente ouvinte)

A aprendizagem da Libras, mesmo que em nível básico, é marcada por experiências: de encantamento, de fluência do docente, de participação de surdo, de desafios comunicativos superados, de busca pela prática, de disseminação da língua. Dialogando com Larrosa (2015), a experiência nos forma e nos transforma; o sujeito da experiência é como um território de passagem, um sujeito que se expõe, que se deixa abordar pelo que lhe interpela, para ser transformado por tais experiências. Ainda em diálogo com o autor, a experiência é algo que nos acontece e que às vezes treme, ou vibra, algo que nos faz pensar, que luta pela expressão; que, algumas vezes, quando cai em mãos de alguém capaz de dar forma a esse tremor, converte-se em canto que atravessa o tempo e o espaço, ressoando em outras experiências, tremores e cantos. Trata-se de “levar Libras dentro do coração para sempre”, como afirma uma participante do curso, como é possível ler no próximo excerto.

Eu fiz o curso de Libras e fiquei encantada pela língua. Foi meu primeiro contato com a prática de libras, porque na faculdade não tive uma professora que falasse fluentemente. A professora deste curso era surda; a partir da segunda aula, conduziu sem intérprete (às vezes, a idealizadora do curso e professora do Instituto dava um socorro), e isso fez com que nós praticássemos também. Eu contava as experiências para os meus alunos no dia seguinte, e eles ficavam encantados querendo saber mais. Atualmente, na cantina da escola onde eu trabalho, atua uma moça surda, e meus alunos a cumprimentam em Libras; eles ficam muito alegres. Eu vou levar Libras dentro do meu coração para sempre. (Caren, participante da comunidade local)

Portanto, o ensino e a aprendizagem de Libras por meio de projetos em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, cumpre, desse modo, seu papel de escola inclusiva (CARVALHO, 2004): baseada na defesa dos direitos humanos de acesso, ingresso e permanência com sucesso em escolas de boa qualidade, no direito de integração com colegas e educadores, de apropriação e

construção de conhecimento (com previsão e provisão de recursos de toda a ordem) e, incondicionalmente, na mudança de atitudes frente às diferenças individuais. Inclusão, segundo Mantoan (2003), é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência, marcando uma mudança de atitude diante do 'outro'. Trata-se, portanto, de um desafio complexo e viável!

4 Para seguir...

Uma das missões do Instituto Federal aqui pesquisado está ligada à implementação de processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitam a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico, ampliando as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social; logo, os projetos de ensino e de extensão desenvolvidos - e aqui analisados – constituem potentes possibilidades educacionais e sociais. Como componente curricular, a inserção de Libras em cursos técnicos e tecnológicos é avaliada como positiva por um coordenador da Instituição. No entanto, isso também está ligado a investimentos, a esforços que transcendem números em políticas públicas, sobretudo quando a 'educação pública vem sofrendo com cortes de recursos, que inviabilizam uma série de ações'.

Considerando minha experiência como coordenador de curso, avalio positivamente a inclusão de Libras como componente curricular em cursos técnicos e tecnológicos do Instituto. Acredito que 'apenas' uma disciplina de Libras como componente curricular não é o suficiente, precisamos ir além, mas já é um ótimo começo. [...] Apesar de ainda não ter tido a oportunidade de trabalhar com pessoas surdas, acredito que se trata de uma inclusão pedagógica e social, pois ao mesmo tempo que qualifica acadêmica e profissionalmente esse indivíduo, também permite que ele possa conviver com outras pessoas e lugares, ocupando um espaço que também é seu. [...] Investimentos são necessários para que esses indivíduos realmente sejam incluídos e não sejam apenas mais um número de inclusão de políticas públicas. Infelizmente, a educação pública vem sofrendo com cortes de recursos, que inviabilizam uma série de ações, mas esse é um esforço que vale a pena e precisa ser feito, pois pode melhorar significativamente a vida de muitas pessoas. (Gilberto, Coordenador de Curso Técnico e Tecnológico do Instituto)

Ao destacar a necessária inclusão pedagógica e social, o uso de Libras por servidores e colegas possibilita a um estudante surdo qualificar-se acadêmica e profissionalmente, bem como favorece a comunicação com ouvintes que sinalizam, socialmente 'ocupando um espaço que também é seu', como afirma o coordenador. A constituição de práticas discursivas que respeitem as diferenças, que possibilitem a comunicação em Libras entre surdos e ouvintes, que deem condições para o conhecimento acerca da cultura surda também viabilizam mudanças nos processos inclusivos em sociedade, sobretudo a partir do desenvolvimento pessoal, escolar/acadêmico e profissional dos estudantes do Instituto.

Portanto, como componente curricular em Curso Integrado, Subsequente, Superior e/ou Especialização, o estudo da Libras e da Cultura Surda pode fortalecer o entendimento de que a educação técnica e tecnológica visa contribuir com a formação do cidadão crítico e reflexivo, junto à importância de outras áreas, como Sociologia, Filosofia, Literatura e Artes. Por isso, defende-se a inserção da Língua Brasileira de Sinais e da Cultura Surda nos currículos de cursos dos Institutos Federais de nosso país. Nessa perspectiva, o uso da língua de sinais e o reconhecimento da cultura surda possibilitam a compreensão dos sujeitos surdos como uma comunidade linguística minoritária; desse modo, efetivam-se os processos de inclusão escolar, fortalecendo o respeito à diferença e a promoção da acessibilidade.

Referências

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010*. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 26 jul. 2013.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. *Lei 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

CARVALHO, Rosita E. *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

KARNOPP, Lodenir Becker. Produções culturais de surdos: análise da literatura surda. In: LOPES, Maura Corcini; VIEIRA-MACHADO, Lucylene Matos da Costa. *Educação de surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

KLEIN, Madalena; LUNARDI, Márcia Lise. Surdez: um território de fronteiras. *EDT: Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 14-23, jun. 2006.

LARROSA, Jorge. *Tremores: escritos sobre a experiência*. Tradução de Cristina Antunes e de João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores Culturais Surdos. In: VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini (Org.). *Educação de Surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

MANTOAN, Maria T. E. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. In: STOBÄUS, Claus D.; MOSQUERA, Juan J. M. *Educação especial: em direção à Educação Inclusiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MORAIS, Mônica Z. de; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia L. Pedagogia e diferença: capturas e resistências nos discursos curriculares da educação de surdos. In: THOMA, Adriana da S.; KLEIN, Madalena (Org.). *Curriculo & avaliação: a diferença surda na escola*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

OLIVEIRA, Gilvan M. de; ALTENHOFEN, Cléo V. O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil: inserção e exclusão do plurilinguismo na educação e na sociedade. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (Orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: 4a. Ed. Ed. da UFSC, 2009.

Data de submissão: 19/09/2020. Data de aprovação: 23/10/2020.